

Márcia e Múcio sem registros

TRE vai aguardar julgamento dos dois pedidos de impugnação

O Tribunal Regional Eleitoral negou em sua sessão ordinária de ontem a concessão de registro aos candidatos do PMDB, Márcia Kubitschek (deputado) e Múcio Athayde (senador), por estarem *sub judice*, em função dos pedidos de impugnação de suas candidaturas. Na mesma sessão, o suplente de Múcio Athayde, Antônio Clementino Neto — o Maestro — teve seu registro negado por não responder ao quesito de domicílio eleitoral. Maestro pediu transferência de seu título de eleitor para Brasília após o prazo previsto por lei.

DEFESA

O presidente regional do PMDB, Milton Seligman, afirmou ontem que o partido está inteiramente mobi-

lizado para fazer a defesa de seus dois candidatos, Márcia Kubitschek, candidata a deputada federal, e Múcio Athayde, candidato ao Senado, que estão com suas candidaturas com pedidos de impugnação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, por representantes do Partido da Juventude e do Partido Socialista Brasileiro.

"Como presidente regional do PMDB", disse Seligman, "eu não só defendo os candidatos do meu partido, como vou assinar embaixo das petições em nome de Márcia Kubitschek e de Múcio Athayde. Não tem sentido, portanto, as informações veiculadas ontem, em Brasília, dando conta de que o PMDB-DF não iria fazer a defesa de Múcio

Athayde", enfatizou Seligman.

O presidente regional do PMDB lamentou que a campanha eleitoral no DF, não esteja "discutindo as grandes teses institucionais. O PMDB quer é essa discussão, porque tem propostas claras, concretas e democráticas de transformação social do País".

Enquanto a decisão da Justiça não sai, Márcia continua tranquila, fazendo planos para desenvolver sua campanha. Seu advogado, Dilson Furtado, anunciou, ontem, que a posição continua a mesma porque a impugnação oferecida pelo procurador apenas se prende ao exame das condições do pedido de exclusão oferecido à Justiça Eleitoral.

Justiça não deixa exibir provas

A presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Maria Thereza Braga, impediu ontem que o presidente do Partido Socialista Brasileiro, Luiz Manzolillo, exibisse à imprensa provas constantes do processo que move contra o deputado Múcio Athayde com o objetivo de impugnar sua candidatura ao Senado pelo PMDB do Distrito Federal. O entendimento da desembargadora, transmitido aos jornalistas pelo diretor-geral do Tribunal, Vicente Francimar de Oliveira, foi de que o processo já está de posse do TRE para análise e, portanto, não pode ser tocado.

Enquanto o juiz José Bonifácio Diniz de Andrade era designado, em sessão do Tribunal, relator do processo, o presidente do PSB pedia ao diretor da Polícia Civil, Rogério Bernardino Gomes, garantias de vida para ele e sua família, sob a alegação de que "desde segunda-feira, antes mesmo de entrar com o processo," já estava recebendo ameaças por telefonemas anônimos que indagavam, em tom de ameaça, onde ele morava. Manzolillo mora no Guará e, ao pedir garantias à 4ª DP, foi aconselhado a avistar-se com Ro-

gério Bernardino Gomes, que prontamente acionou um dispositivo de segurança para ele, sua mulher, cunhada e duas filhas.

Luiz Manzolillo circulou ontem no Tribunal Regional Eleitoral acompanhado pela mulher e a cunhada. Informou que, por temer represálias do deputado Múcio Athayde, mudou-se para local não revelado e pretende contratar um guarda-costas para a acompanhá-lo.

Outra alegação feita pela presidente do Tribunal, através de seu diretor-geral, para que as provas não fossem mostradas foi de que Manzolillo possui cópia do processo e, por isso, não precisava recorrer aos originais.

As provas que Luiz Manzolillo pretendia mostrar são guias do Iapás que teriam sido impressas, clandestinamente, na gráfica de O Guaporé, em Rondônia, em nome de Desenvolvimento Engenharia e Construtora Juparanã. Tanto o jornal quanto as duas empreiteiras eram propriedade do deputado Múcio Athayde. Havia expectativa de que, em vez das guias, fosse exibida a placa de bronze, a partir da qual as guias foram impressas, encontrada no co-

fre de O Guaporé quando o jornal, por ondern judicial, foi devolvido a Emanoel Pontes Pinto, que o vendeu a Múcio.

A impressão dessas guias é atribuição exclusiva da Casa da Moeda e, segundo Luiz Manzolillo, a placa encontra-se em poder do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, e foi entregue ao DPF pelo jornalista Emanoel Pontes Pinto. Falsificar essas guias, lembrou Manzolillo, "é o mesmo que imprimir dinheiro falso".

O advogado Aidano Farias, que representa o PMN no processo, revelou que as testemunhas contra Múcio serão ouvidas no domingo. Na segunda-feira falarão as testemunhas do deputado, caso ele conteste a ação.

O próximo passo do processo, que já reúne três volumes que totalizam 500 páginas, será o das diligências. O PSB e o PMN pedem que o TRE requeira, entre outras coisas, declarações de Imposto de Renda de Múcio e suas empresas à Receita Federal, dados do Iapás sobre sua situação junto à Previdência e informações da Polícia Federal sobre a placa de bronze.

Justiça dá prazo até 2ª

O Tribunal Regional Eleitoral só começará a fiscalizar se os *out-doors* já foram retirados da cidade a partir de segunda-feira da semana que vem. Porque alguns partidos só re-

ceberam o ofício determinando a retirada da propaganda na terça-feira. Com isso, o prazo de 72 horas vence na sexta-feira e o tribunal preferiu deixar para segunda a fiscalização.

Problemas técnicos impediram a publicação, hoje da série "Que partido é este?", que será retomada a manha, com reportagem sobre o Partido da Frente Liberal.